



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PROVINCIA DE MAPUTO
DIRECÇÃO PROVINCIAL DE OBRAS PÚBLICAS

Visto
A Directora Provincial

Ilda Berta Sumbana
(Técnico Superior N1)

**SÍNTESE DA REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA DO COMPACTO NACIONAL DE
SEGURANÇA HÍDRICA (2026-2036)**

Das 09:30 às 17:30 horas do dia 28 de Abril de 2026, no anfiteatro do Conselho Municipal da Cidade da Matola, realizou-se a Reunião de Consulta Pública do Compacto Nacional de Segurança Hídrica, dirigida por Sua Excelência **Manuel Simão Nuvunga Tule**, Governador da Província de Maputo, na companhia dos Senhores **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Administrador Executivo do Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água e Saneamento (FIPAAS, FP), em representação do Presidente do Conselho de Administração; Ilda Berta Sumbana, Directora Provincial de Obras Públicas; Leopoldino de Atalauze Sotomane, Secretário Permanente da Matola, em representação do Administrador do Distrito e Bernardo Dromos, Presidente do Conselho de Administração da Empresa Municipal de Água e Saneamento da Matola (EMAS) em representação do Presidente do Conselho Municipal, com a seguinte agenda:

I. Sessão de Recursos Hídricos

- Ponto de Situação e Desafios da Gestão dos Recursos Hídricos da Província;
- Proposta de Investimentos na Área de Recursos Hídricos; e
- Desafios e Oportunidades para Regulação dos Recursos Hídricos.

II. Sessão de Abastecimento de Água e Saneamento

- Desafios do Abastecimento de Água na Província;
- Investimentos com Financiamento Garantido na Província; e
- Desafios e Oportunidades para a Expansão da Regulação da Água e Saneamento à Escala Nacional.

III. Sessão de Trabalhos de Grupos

- Grupo I - Recursos Hídricos;
- Grupo II - Abastecimento de Água e Saneamento; e
- Grupo III - Regulação.

Igualmente fizeram parte da reunião, os Membros dos Conselhos Executivos Provinciais de Maputo e Gaza, Administradores Distritais da Província de Maputo, Presidentes dos Conselhos Municipais das Províncias de Maputo e Gaza, Directores dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas de Maputo e Gaza, Administradores Executivos, Quadros e Técnicos da Direcção Nacional do

Abastecimento de Água e Saneamento (DNAAS), do Fundo de Investimento de Abastecimento Água e Saneamento (FIPAAS, FP), da Administração Regional de Águas do Sul (ARA Sul, IP), Representante dos Parceiros de Desenvolvimento, Representantes das Organizações da Sociedade Civil, Representantes da Cruz Vermelha de Moçambique, Líderes Comunitários e Líderes Religiosos.

Na sequência, o Senhor Alcino Nhacume, Chefe do Departamento de Planificação na Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento, fez a contextualização do Compacto Nacional de Segurança Hídrica, destacando que representa o compromisso político de Sua Excelência Daniel Francisco Chapo, Presidente da República que procederá ao lançamento oficial a 18 de Maio 2026.

Disse igualmente, tratar-se de um instrumento de inserção de Moçambique no programa regional da África Oriental e Austral (AFE WASH MPA/AUDA-NEPAD), que visa à mobilização de parceiros locais, internacionais e do sector privado num horizonte de 10 anos (2026-2036) de implementacao, visando o alcance dos seguintes objectivos: Reforçar a gestão integrada de recursos hídricos; Acelerar o acesso aos serviços de ASH, garantindo a proteção das populações vulneráveis; Melhorar a resiliência climática através da capacidade de armazenamento e gestão de riscos; Melhorar a governança do subsector; e Melhorar a prestação de contas através da monitoria-baseada em resultados.

Com dois eixos de actuação, o compacto prevê no Eixo (1): reforçar programas de investimento de abastecimento de água, saneamento e recursos hídricos e no Eixo (2): impulsionar reformas institucionais (implementação de um novo modelo institucional, gestão do conhecimento como prioridade estratégica, enquadramento, mérito e gestão da mudança). O cronograma do programa previu a preparação institucional (Fevereiro-Março de 2026); mesa redonda (23 de Março de 2026); consultas públicas (Abril de 2026); e ainda prevê a reunião nacional (Abril-Maio de 2026); lançamento do compacto (Maio de 2026); projectos e reformas (Maio de 2026 - Julho de 2027).

O Compacto Nacional de Segurança Hídrica (2026-2036), será monitorado e acompanhado por um comité, presidido por Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos e constituído pela Direcção Nacional do Abastecimento de Água e Saneamento (DNAAS), Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH), Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água e Saneamento (FIPAAS, FP), Águas de Moçambique (AdeM, IP) e Autoridade Reguladora de Água e Saneamento (AURAS, IP). Concluída à contextualização do Compacto Nacional de Segurança Hídrica (2026-2036), deu-se seguimento as apresentações e debates por sessões:

I. SESSÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

O Senhor Egídio Govate, moderador e Técnico da Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH), referenciou os temas reservados a Sessão de Recursos Hídricos (I) e convidou os Senhores Delário Sengo e Messias Macie, para apresentações dos tópicos (i) e (ii) respectivamente.

I.1. Ponto de situação e desafios da gestão dos recursos hídricos da província e propostas de investimentos na área de recursos hídricos.

Apresentado pelo Senhor Delário Sengo, Técnico da ARA Sul, IP, destacou o dilema hídrico da Zona Sul do País, caracterizado por constrangimentos geográficos, causados pelo stress hídrico, pelo desenvolvimento marcado pelos múltiplos usos nos países a montante, bem como a ausência de infra-estruturas no território nacional. As Províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, incluindo a Cidade de Maputo, garantem o escoamento médio anual de 15,000 mm³, variável em tempos de cheias ou secas atingindo uma área total de 153.247 Km². O consumo de água por áreas de actividade, é de 85% na Agricultura, 10% no Abastecimento de Água Urbana e 5% para outros usos.

As 4 maiores infra-estruturas de gestão de recursos hídricos localizadas na zona sul, concretamente a Barragem dos Pequenos Libombos e de Corrumana na Província de Maputo e Barragens de Massingir e Macarretane na Província de Gaza, somente a Barragem dos Pequenos Libombos exerce a função primária de abastecimento de água, servindo em segundo plano para irrigação e geração de energia hidroeléctrica, ao passo que as 3 outras Barragens dedicam-se em primeiro plano à irrigação e em segundo plano para hidroelectricidade, não contemplando assim, o abastecimento de água.

Em linhas gerais, destacou que a garantia da segurança hídrica e disponibilidade de água para o desenvolvimento de actividades económicas e sociais, passa necessariamente pelo investimento em novas infra-estruturas de retenção de água.

Salientou igualmente que a pressão sobre as Barragens dos Pequenos Libombos e Corrumana na Província de Maputo e nas Barragens de Massingir e Macarretane na Província de Gaza, principalmente na época chuvosa e ciclónica, por causa das descargas de grandes volumes de água pelos países a montante (ESwatini e África do Sul), impõe-se a priorização de investimentos do lado de Moçambique, em particular na zona sul, a jusante das Bacias do Maputo, para construção da Barragem das três fronteiras. do Umbeluzi para construção da Barragem de Movenene e do Incomati para construção da Barragem de Moamba Major, na Província de Maputo; a jusante das Bacias do Limpopo para construção da Barragem de Mapai na Província de Gaza e aproveitamento do potencial a jusante da Bacia do Save, para construção das Barragens de Massangena e Guicuacua na Província de Inhambane.

I.2. Desafios e oportunidades para regulação dos recursos hídricos.

Desenvolvido pelo Senhor Messias Macie, Administrador Executivo da AURAS, abordou sobre os marcos institucionais do processo de regulação dos recursos hídricos, destacando a criação do quadro de gestão delegada (1998); a transformação para autoridade reguladora (2019-2020); reforço do mandato da AURAS, IP com a aprovação da Lei nº 9/2024 (2024) e desenho operativo da regulação (2026).

Realçou que constituem oportunidades do compacto, para regulação dos recursos hídricos: Recursos Hídricos no núcleo do Compacto (segurança hídrica e resiliência como eixo explícito); Roteiros Regulatórios (Metas de 24 meses, prioridades e entregáveis claros); Financiar a Capacidade (Sistemas, laboratórios, formação e comunicação); Pilotos Críticos (Testar regras e fiscalização onde o risco é maior) e Partilha de Dados (Protocolos entre regulador, gestores de Recursos Hídricos e prestadores). Salientou igualmente que regular os Recursos Hídricos não é apenas licenciar usos, mas significa criar previsibilidade para quem usa, proteger a fonte, reduzir conflitos e sustentar o serviço público de água, tendo apontado como principais desafios: as fronteiras institucionais; dados e cadastro; fiscalização proporcional; quadro normativo; capacidade técnica e legitimação pública.

I.3. Contribuições dos participantes

Concluídas as apresentações, seguiu-se a fase do debate, moderado pelo Senhor Egídio Govate, que começou por resumir os temas apresentados, destacando como tônica dominante, o investimento em infra-estruturas de gestão de recursos hídricos: *barragens, represas, reservatórios escavados, açudes, diques e valas de drenagem*. Em seguida, convidou aos participantes para contribuições.

Reagindo ao convite, inicialmente o Senhor Maurício Manguê, Secretário Permanente do Distrito de Boane, falou primeiro sobre a poluição do Rio Moveene, pela Pedreira de Matsequenha, realçando ser importante tomar medidas contundentes para reversão do cenário. Na sequência, lembrou que a jusante da ETA de Umbeluzi, sobretudo no período chuvoso, abundam enormes quantidades de água, que por falta de uma infraestrutura de retenção, perdem-se avultados volumes de recursos hídricos que desagüam no mar, mas que poderiam ser usados para irrigação e outros fins. Neste contexto, propôs que no âmbito do compacto, se desenvolvam estudos para construção de uma infraestrutura de retenção de águas superficiais na zona da cachoeira.

O Senhor Ahamed Gama, Chefe do Departamento de Planificação e Cooperação na Direcção Provincial da Saúde (DPS), reiterou que face a iminência da crise de Recursos Hídricos na Província de Maputo, seria importante abordar sobre os desafios que ditaram a paralisação e que condicionam os projectos de construção das Barragem de Moveene e de Moamba Major, sobre tudo, o impacto financeiro. Na sua optica, os projectos já e todos como prioridades para o compacto, devem ter uma abordagem integrada, prevendo a construção de outras infraestruturas sociais como unidades sanitárias ao longo do traçado, principalmente nas zonas rurais habitacionais. Nesta ordem de ideias, propôs a projeção e orçamentação de infraestruturas de saúde.

Na senda das contribuições, questionou se os projectos ainda em carteira e que já foram idealizados há bastante tempo, preveem trazer soluções sustentáveis para as zonas críticas em termos de abastecimento de água, como por exemplo o Bairro de Mulotana no Distrito de Boane.

O Senhor Carlos Tembe, Director do SDPI de Bilene, frisou que geralmente o abastecimento de água na Província de Gaza, é predominantemente através de águas subterrâneas, porém, os campos que abasteciam a população antigamente encontravam-se bastante isolados das áreas habitacionais, cenário completamente diferente do actual, que oferece sérios riscos de saúde pública, por causa da contaminação do precioso líquido face a proximidade das fontes às áreas residenciais. Com esta perspectiva de análise, propôs que no âmbito do compacto, se invista na implantação de laboratórios de certificação de qualidade da água. Propôs igualmente a reabilitação do Açude de Bilene, para eliminação da intrusão salina.

A Senhora Ana Quissico, Directora do SDPI de Xai-Xai, saudou a visão do compacto, sobre o investimento na construção de barragens, reiterando de facto, que o foco deve ser a concretização de projectos já mapeados e com estudos concluídos, mas que não avançaram por falta de financiamento ou por motivos de aprimoramento de estudos de viabilidade. Deste modo, propôs a construção da Barragem de Mapai por representar um sonho para Província de Gaza bem como para o País. Sobre o desafio da legitimação pública da regulação de recursos hídricos, que preconiza a necessidade de melhor entendimento das regras, dos encargos e benefícios pelos utilizadores e prestadores de serviços, procurou saber como seria possível ultrapassar este desafio.

O Senhor João Chivambo, Director Provincial de Obras Públicas de Gaza, falou sobre o paradoxo das cheias e inundações/secas e estiagem, que remete à reflexão profunda sobre a gestão estratégica de recursos, focada na construção de infra-estruturas de retenção, proteção e escoamento controlado das águas pluviais, numa altura de maior frequência dos eventos climáticos, face a coexistência de vários usos dos recursos hídricos, caracterizado pelo crescimento populacional e aumento da demanda da água. Nesta senda, propôs a revisão da Lei de Terras, n.º 19/97 e do Decreto n.º 66/98, Regulamento da Lei de Terras, por forma regulamentar os múltiplos usos, visto que a terra concede o acesso a recursos hídricos para diversos fins (abastecimento público, indústria, agricultura), estando assim a licença de utilização da água dependente do direito de uso da terra nos locais de captação da água.

O Senhor Pedro Muholove, Gestor de Sistemas de Abastecimento de Águas na Província de Maputo, apontou como desafios para o serviço de abastecimento de água potável, a intrusão salina, principalmente em regiões costeiras, que se intensifica pela extração excessiva de águas subterrâneas, secas, subida do nível do mar ou baixos caudais de rios. Neste contexto, lamentou pela falta de proteção do Rio Mulauze que por estar localizado na zona urbana, se verifica uma produção crescente de blocos, causando poluições da água que impedem a prática agrícola. Na sequência, sugeriu a revisão das leis de investimento privado em infraestruturas de gestão de recursos hídricos, que garanta o retorno aos investidores.

O Senhor Ossemane Adamo, Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Xaí - Xaí, igualmente defendeu a construção de infraestruturas de gestão de recursos hídricos, face a necessidade crescente de mitigação dos efeitos das cheias e inundações, tendo referido que o intervalo de ocorrência deste fenómeno tem vindo a diminuir ao longo dos anos, o que significa quanto mais o tempo avança, maior e a probabilidade de ocorrência de eventos climáticos extremos. Com base nesta análise, defendeu que para o caso em particular da Cidade de Xai-Xai, urge a necessidade construção de diques de proteção, principalmente na zona baixa.

O Senhor Paulo Cossa, Director Provincial da Agricultura e Pescas, destacou a avaliação do histórico de precipitações e de ocorrência de secas e estiagem, como principal indicador para o reforço da capacidade de gestão de recursos hídricos, para fazer face as situações de abundância e escassez, tendo proposto a priorização dos projectos oportunos na Bacia de Maputo, sendo em primeiro plano a construção de Diques de Protecção e mais tarde a construção de Barragem, principalmente nas zonas baixas de Salamanga, devido a iminente incapacidade dos aquedutos em uso, para transporte e passagem das águas provenientes a montante em grandes volumes.

Para Bacia do Incomáti, e avaliando a relevância e o papel das actividades económicas ao longo da zona baixa da Marragra até Marracuene, o dirigente propôs igualmente a construção de Diques de Protecção para contenção da invasão das águas, nas zonas com potencial agrícola, pecuário, piscícola, pescas e irrigação industrial.

Na sequência do debate, o Senhor Manuel Jorge Tivane, Director do SDPI de Chibuto partilhou a experiência do seu distrito, localizado a jusante, com um défice assinalável na gestão de recursos hídricos, por possuir apenas 2 infraestruturas, designadamente a Barragem de Massingir e o Açude Macarretane, contra uma capacidade instalada arrojada, a montante na República da África do Sul, atualmente com 12 infraestruturas de gestão de recursos hídricos, justificando deste modo, a grande necessidade de investimentos em construção de mais infraestruturas à jusante.

I.4. Respostas e esclarecimentos

Depois das intervenções dos participantes, o moderador convidou aos visados para responderem as questões apresentadas e esclarecerem possíveis dúvidas. Respondendo as perguntas, o Senhor Delário Sengo esclareceu que os estudo de viabilidade desenvolvido pela ARA Sul, IP, com vista a construção da Barragem de Movenene, determinou a pedra de Matsequenha como uma ameaça real e barreira ao investimento, remetendo deste modo, a resolução dos problemas às autoridades competentes.

- Em relação aos estudos de viabilidade para construção de uma infraestrutura de gestão de recursos hídricos na zona da cachoeira em Boane, respondeu que a solução passa pela construção de represas ou reservatórios escavados, contudo, destacou que para responder os problemas estruturantes e mais

complexos, existe um acordo de partilha de recursos hídricos entre Moçambique, ESwatini e África de Sul, através do qual o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, orientou estudos financiados pelo Banco Mundial, visando a construção de infraestruturas estratégicas, a semelhança do projecto Lomaacha e Namaacha. Quanto as propostas de intervenções nas zonas baixas da Bacia do Incomáti, concordou e defendeu ser necessário reabilitar as infraestruturas já existentes (diques) e construir açudes devidamente localizados para o controlo da intrusão salina à jusante de Marracuene.

- Na sequência esclareceu que esta previsto para o mês de Outubro, o arranque da reabilitação de 80 Km do Dique de Xai-Xai, em alguns troços mais afectados pelas cheias e inundações recentes. Sob ponto de vista estruturante, defendeu ser importante se começar a pensar em soluções mais arrojadas.
- Defendeu igualmente, a pertinência do empoderamento da AURAS, IP (regulador), para criação de legislação que viabilize a sua presença em todo território nacional, desde as capitais provinciais até aos distritos. No seu ponto de vista, o regime de incentivos e sanções, permitirá incentivar as boas práticas e sancionar as contravenções das normas legalmente estabelecidas, para gestão de recursos hídricos.
- Na sequência das respostas e esclarecimentos, o Senhor Messias Macie, disse ser importante expandir para 10 (dez) anos, o prazo de licenciamento de Fornecedores Privados de Água (FPA's), reiterando que a fórmula de cálculo das tarifas os favorece porque tem como base as suas capacidades operacionais, permitindo-lhes recuperar os investimentos. Cenário diferente acontece as tarifas aplicadas aos Gestores Privados, que actualmente são mais elevadas. Portanto, as licenças são objecto de renovação mediante a imposição de alguns critérios aos operadores privados, desde que tenham condições e respondam aos requisitos, podem aderir ou não a renovação da licença para 10 anos de operações.
- Esclarecendo sobre as reformas legais, disse estar em curso a elaboração de um instrumento legal que imprimirá dinamismo e flexibilizará a gestão de recursos hídricos no País, por forma a responder os impactos das mudanças climáticas.

II. SESSÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Após a chegada de Sua Excelência, **Manuel Simão Nuvunga Tule**, Governador da Província de Maputo ao recinto da reunião, a Senhora Ilda Berta Sumbana, Directora Provincial de Obras Públicas de Maputo, anunciou os participantes, recapitulou as actividades realizadas e contextualizou a agenda dos trabalhos ao Governador da Província, tendo em seguida o convidado a tomar da palavra.

Dirigindo-se aos presentes, o Governador da Província de Maputo, saudou ao Governo Central, liderado por Sua Excelência **Daniel Francisco Chapo**, Presidente da República de Moçambique, pelas reformas estruturantes em curso no País, sendo algumas do sector de águas, incluindo o Compacto Nacional de

Segurança Hídrica, a razão da Consulta Pública. Com estas palavras apelou a capitalização das diferentes áreas e saberes, para criação, enriquecimento e consolidação das bases para o arranque do programa.

Na sequência dos trabalhos, a Senhora Narcia Tinga, moderadora e Técnica do FIPAAS, FP, passou em revista os temas da Sessão de Abastecimento de Água e Saneamento (II), e convidou aos Senhores Alcino Nhacume e Anselmo Munhequete, responsáveis pelas apresentações dos tópicos (i) e (ii) respectivamente.

II.1. Desafios do abastecimento de água na província e investimentos com financiamentos assegurados

Apresentado pelo Senhor Alcino Nhacume, abordou inicialmente sobre as linhas orientadoras das acções estruturantes do Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH), no Abastecimento de Água e Saneamento e Recursos Hídricos, destacando para o *curto prazo* (**PESOE**: Plano Económico e Social Orçamento do Estado); para o *médio prazo* (**PQG**: Programa Quinquenal do Governo e **CFMP**: Cenário Fiscal de Médio Prazo) e para o *longo prazo* (**ODS**: Objectivos de Desenvolvimento Sustentável; **ENDE**: Estratégia Nacional de Desenvolvimento; **PII**: Programa Indicativo de Investimentos e **CP**: Compacto Nacional de Segurança Hídrica 2026-2036).

O destaque foi igualmente dado, as projecções da população *total, rural e urbana* na Cidade de Maputo e nas Províncias de Maputo e Gaza, com tendências de crescimento na ordem de **0,04%** (37,802 pessoas) passando de 1,142.767 em 2026 para 1,180.569 em 2036 na Cidade de Maputo; crescimento na ordem de **0,89%** (981,019 pessoas) passando de 2,755.032 em 2026 para 3,736.051 pessoas em 2036 na Província de Maputo; e crescimento de **0,13%** (132,228 pessoas) passando de 1,512.663 em 2026 para 1,644.891 pessoas em 2036 na Província de Gaza.

Foram apontados como os principais desafios de Abastecimento de Água e Saneamento: Zonas áridas e semiáridas na província de Gaza; Qualidade do serviço de abastecimento de água nos 5 principais centros urbanos; Desafios de água salobre no norte de Gaza e partes de Maputo (Manhiça: Aquíferos salobres; Soluções eficazes e sustentáveis para as zonas rurais; Manutenção das infraestruturas e dos serviços; Falta de infraestruturas de drenagem de águas pluviais e residuais; A vulnerabilidade a inundações; e A vulnerabilidade a erosão.

Ainda sobre os desafios na área do abastecimento de água e saneamento, elencou-se o seguinte: as províncias de Maputo e Gaza enfrentam igualmente os problemas de assimetrias no acesso aos serviços de abastecimento de água e saneamento, como o resto do país; A assimetria em termos de acessos entre as zonas urbanas e rurais; Assimetria de acesso entre o abastecimento de água e o saneamento; Desafios com escolas sem infraestruturas adequadas de água, saneamento e higiene, a semelhança de todo o país; Desafios com unidades sanitárias sem infraestruturas adequadas de água, saneamento e higiene, a

semelhança de todo o país; e Número reduzido de parceiros apoiando actualmente a província nos domínios do abastecimento de água e saneamento.

Relativamente aos investimentos com financiamentos assegurados, constam as seguintes iniciativas: Projecto de Segurança Hídrica Urbana nas Cidades de Maputo, Matola, Xai-Xai e Inhambane (2025-2030), financiado pelo Banco Mundial; Projecto LoNa (Lomaacha e Namaacha), financiado pelo Banco Alemão de Desenvolvimento KfW; Projecto de Saneamento Urbano na Cidade de Maputo e Katembe, financiado pelo Banco Mundial; Acesso Sustentável a Água e Saneamento, financiado pela ENABEL; e Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento (PRONASAR), financiado pelo Fundo Conjunto (UNICEF, ADA, FCDO e outros).

II.2. Desafios e oportunidades para a expansão da regulação da água e saneamento à escala nacional.

Desenvolvido pelo Senhor Anselmo Munhequete, Técnico da AURAS, IP, evidenciou os progressos alcançados em Moçambique num período de 22 anos, em termos de serviços básicos geridos com segurança nas zonas urbanas e rurais, assinalados pelo crescimento de **43,2%** da taxa de cobertura de abastecimento de água, permitindo o acesso a mais 18,9 milhões de moçambicanos, passando de 4,2 milhões em 2000 para 23,1 milhões de pessoas em 2022 e pelo crescimento de **27,9%** da taxa de cobertura do saneamento, possibilitando o acesso a mais 11,4 milhões de moçambicanos, passando de 1,9 milhões em 2000 para 13,4 milhões de pessoas em 2022, representando um dos maiores desafios para o regulador.

Falando das oportunidades para expansão da regulação da água e saneamento à escala nacional, apontou as seguintes: o pilar regulatório ancorado na lei e no mandato do regulador; agenda mínima (tarifas, padrões, reporte, fiscalização e reclamações); e regulação explícita dos recursos hídricos e da matriz público/privado e utentes. Para terminar, considerou que investimento sem previsibilidade regulatória amplia risco financeiro, institucional e social, portanto, o compacto deve ser medido pelo serviço e não apenas por obras executadas e só será bem-sucedido se transformar investimento em serviço sustentável, com uma regulação forte, activos funcionais e disciplina de selecção.

II.3. Contribuições dos participantes

Depois das apresentações, seguiu-se a fase do debate moderado pela Senhora Narcia Tinga, que iniciou por enaltecer a capacidade de síntese dos proponentes dos temas apreciados, tendo exigindo a mesma atitude aos interessados ao debate. Resumindo os tópicos dos temas apresentados, destacou como denominador comum, o investimento em infraestruturas de protecção, retenção, armazenamento, escoamento, transporte, previsão, prevenção e mitigação de desastres naturais, convidando em seguida aos participantes para contribuições.

Iniciando as intervenções, o Senhor Calmino Luís Chivoze, Director do Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas de Chócue, salientou que face a predominância de água em alguns pontos da Província de Gaza, tendo proposto como solução viável e alternativa aos sistemas dessalinizadores, a construção de furos profundos/sistemas e canalização de água numa extensão acima de 10 km á partir da fonte, garantindo o abastecimento de água em zonas rurais de maior concentração da população, contornando igualmente a problemática de dispersão da população.

Secundando o posicionamento do primeiro interveniente, o Senhor Dionisio Pita Cumbane, Chefe do Departamento de Abastecimento de Água e Saneamento da Direcção Provincial de Obras Públicas de Gaza, salientou que na zona norte de Gaza, prevalecem problemas sérios de água salobre, tendo proposto a implementação de Sistemas Dessalinizadores, apesar de reconhecer que a dispersão da população é um grande desafio. No entanto, propôs acções de sensibilização das comunidades, estratégias de reagrupamento populacional e abertura de furos profundos nas zonas propensas a água salobre.

O representante dos parceiros de desenvolvimento, o Senhor Emílio Magaia, saudou as propostas de investimento em infraestruturas, incluindo os já mapeados e com financiamentos assegurados, contudo, propôs a inclusão de acções de capacitação técnica e institucional, considerando ser uma componente de extrema importância e fundamental para a sustentabilidade dos projectos, sustentando o seu posicionamento pelo facto de existirem muitas infra-estruturas de abastecimento de água inoperacionais, nas Províncias de Maputo e Gaza, por falta de capacidade técnica para reparação e manutenção.

A Directora do Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas de Guija, Rosa Wate, reconheceu a existência de aquíferos salobres e concordou com a proposta de investimento em unidades dessalinizadoras e construção de furos profundos, entretanto, apontou o desconhecimento das tecnologias de dessalinização pelos técnicos locais, como o maior problema que limita a capacidade de intervenção para reposição do funcionamento em casos de avarias e paralisação das infra-estruturas. Como solução alternativa, propôs igualmente a construção de reservatórios escavados nas margens dos rios e noutras áreas para adaptação em sistemas de abastecimento de água compostos por depósitos elevados e outros componentes que possam garantir a captação, depósito, tratamento, distribuição e fornecimento de água as populações das zonas propensas a ocorrência de água salobre.

O Senhor Lucas Valente Tchuca, Director do Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas de Mapai, apontou que o grande desafio ao desenvolvimento rural, é a falta de orçamento de investimento, para implementação de projectos de grande impacto social e económico nas comunidades. Entretanto, defendeu que os estudos de viabilidade dos projectos de abastecimento de água, devem tomar em consideração a questão de dispersão da população e das assimetrias locais.

O representante dos Operadores Privados, falou da necessidade de reflexão das assimetrias no processo de fixação de tarifas aos consumidores de baixa renda. Propôs igualmente a reflexão sobre o nível de perdas de água em média de 40% resultante de roubos e desvios praticados por potenciais consumidores que deviam pagar facturas proporcionais ao consumo de água. Disse ainda, que a tendência de abertura de furos domésticos não autorizados, que na realidade representam uma nova versão de poços, representam uma ameaça a saúde pública, face ao risco de consumo de água imprópria, bem como, compromete oportunidades do regulador e dos próprios operadores privados. Neste contexto, defendeu a aprovação e aplicação do regime de incentivos e sanções pelo regulador.

O Secretário Permanente do Distrito de Boane, mostrou-se preocupado porque o Governo tem investido grandes somas de dinheiro na construção de infra-estruturas de abastecimento de água, e delegando a gestão à entidades privadas. Sendo assim, questionou quais são os ganhos do Estado, com a terciarização da exploração, manutenção e gestão de infra-estruturas construídas de raiz, face ao incumprimento do pagamento das taxas de exploração pelos gestores e operadores privados.

O Senhor Carlos Jaime, Secretário de Bairro Primeiro de Maio no Município da Matola, falou da iminente concorrência desleal na abertura de furos pelos operadores privados no Município da Matola, face a necessidade de análise das amostras para certificação da qualidade de água para o consumo humano. Sobre as tarifas para famílias de baixa renda, disse ser necessário rever os procedimentos de fixação de tarifas, porque muitas das vezes os contadores de quintal emitem uma leitura que encarece as facturas de água, mesmo em casos de interrupções ao fornecimento de água. Quanto a responsabilização aos consumidores a reposição de tubagens de água danificadas pelos utentes das vias públicas, salientou que há necessidade de o regulador tomar medidas urgentes para reversão deste cenário porque tem causado prejuízos enormes a população dos bairros com frequência de circulação dos transportadores de cargas pesadas, principalmente de inertes para obras de construção em zonas circunvizinhas.

O Senhor Roberto Valentino Segredo, Chefe do Departamento de Abastecimento de Água e Saneamento na Direcção Provincial de Obras Públicas de Maputo, mencionou o projecto piloto de construção de 4 unidades dessalinizadoras na Província de Maputo, dos quais 2 em Magude (Pontia 1 e Massango 1), na Moamba (Bondoia 1) e em Matutuine (Katembe Nsime 1), no entanto, salientou que o grande desafio de sustentabilidade das infra-estruturas resulta da indisponibilidade de peças sobressalentes e acessórios no mercado nacional, remetendo a necessidade de importação que remete a interrupção prolongada do abastecimento de água às comunidades rurais. Noutro prisma de ideias, defendeu a necessidade de reflexão sobre a criação de aldeias comunais para o reagrupamento das populações dispersas, apontando como potencial oportunidade para minimizar a dispersão das famílias, os processos de reassentamento das populações que igualmente necessitam de água potável para sobreviverem.

Por sua vez, o Senhor Bernardo Dramos, Presidente do Conselho de Administração da Empresa Municipal de Água e Saneamento da Matola, referiu para reflexão, que a responsabilidade de garantir e assegurar a provisão da água e saneamento nas zonas urbanas, principalmente nas cidades e vilas, por imposição dos dispositivos legais em vigor, recai aos Conselhos Municipais através das respectivas Empresas de Água e Saneamento e aos Operadores Privados, remete a uma sobreposição por conta da coexistência dos entre os operadores privados e as empresas municipais, no entanto e face as novas reformas do subsector de águas, serão criadas Empresas Províncias de Água e Saneamento.

Nesta base de reflexão, questionou como é que as empresas provinciais vão conseguir gerir os serviços de abastecimento de água e saneamento, nas cidades e vilas, principalmente em Cidades como Matola, que já se encontram devidamente estruturadas. No seu ponto de vista, as empresas com mandato de jurisdição provincial e recém-criadas, principalmente por causa das assimetrias sociais, deveriam gerir o abastecimento de água nas zonas rurais, porque não se enquadram ao figurino projectado.

II.4. Respostas e esclarecimentos

Depois das intervenções dos participantes, a moderadora convidou aos visados para responderem as questões apresentadas e esclarecerem possíveis dúvidas. Em resposta ao convite, o Senhor Alcino Nhacume agradeceu aos participantes pela forma activa como reagiram as apresentações, reiterando que o objectivo da reunião se cingiu em colher as sensibilidades e o maior número de contribuições, tendo no entanto, se mostrado bastante expectante em relação ao trabalho do secretariado, nas anotações e sistematização das incidências da reunião, principalmente das contribuições valiosas para o Compacto Nacional de Segurança Hídrica, em processo de preparação.

- De um modo geral referiu ser importante considerar e privilegiar todos os aglomerados populacionais na concepção de projectos de abastecimento de água, capitalizando todos os níveis de demanda por serviços de abastecimento de água e saneamento, mas não se pode excluir a ninguém ao direito a água e saneamento.
- Em relação aos problemas de sustentabilidade dos sistemas de abastecimento de água, incluindo os dessalinizadores, esclareceu que reforma em curso no sector de águas, visa igualmente resolver a maior parte dos problemas elencados durante os debates.
- Sobre a Lei 9/2024, ainda carece de regulamentação e a proposta de regulamento prevê a inclusão dos procedimentos de transferência de património do abastecimento de água e saneamento, nos diferentes níveis de gestão dos serviços de água e saneamento, facto que contribuirá para melhor esclarecimento da questão referente a sobreposição entre os municípios e operadores privados.
- Quanto as preocupações relacionadas a necessidade de capacitação técnica e adopção de opções tecnológicas, esclareceu que já foram contratados 2 consultores que se encontram a trabalhar no sentido de responder apresentar soluções aos desafios apontados.

Na sequência de respostas e esclarecimentos, o Senhor Anselmo Munhequete, disse que a Autoridade Reguladora de Águas e Saneamento (AURAS, IP), já vem se esforçado no sentido de oferecer aos utentes, serviços de qualidade e transparência de procedimentos, garantindo a participação do cidadão.

- Esclareceu que disponibiliza na página oficial de internet (website), os procedimentos de cálculo das facturas, incluindo a fixação de tarifas e disponibilização da plataforma digital de reclamações sobre *a disponibilidade e qualidade do serviço de abastecimento de água; qualidade de água; facturação e leitura; atendimento; tarifários; contratação do serviço e ligação à rede.*
- Sobre o elevado custo de energia eléctrica, a lei prevê subvenções para os serviços de abastecimento de água e saneamento, estando o regulador a trabalhar para implementação.
- Quanto aos ganhos do estado pela terciarização da gestão de SAA, referiu ser de lei a descentralização dos serviços ao sector privado, porque esta em melhores condições de explorar, manter e gerir as infra-estruturas de abastecimento de água.
- Sobre a responsabilização dos consumidores na reposição dos serviços em casos de danos das vias, disse ser importante comunicar ao regulador para tomar medidas.

Em seguida, a moderadora convidou a Sua Excelência Manuel Simão Nuvunga Tule, Governador da Província de Maputo, que deixou as seguintes considerações e recomendações:

- As Províncias de Maputo e Gaza são ricas em recursos hídricos e exigem uma gestão racional, focada igualmente na capacidade de resposta aos fenómenos naturais (cheias/inundações e seca/estiagem).
- As contribuições recolhidas em sede da Reunião de Consulta Pública do Compacto Nacional de Segurança Hídrica, devem reflectir as necessidades reais e prioridades de investimento em infra-estruturas hidráulicas e infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento, nas zonas rurais e urbanas das Províncias de Maputo e Gaza, para melhorar a situação do abastecimento de água e saneamento no País, a longo prazo.
- Sem água não há vida, mas a água em excesso mata. É necessário gerir de forma equilibrada e racional os recursos hídricos, através da construção de infraestruturas de proteção, encaixe, retenção e armazenamento, evacuação, transporte e distribuição de água, em resposta as necessidades das populações rurais e urbanas.
- O regulador e o operador privado, devem trabalhar em conjunto: o regulador assegurando que a água consumida pela população seja acessível e de qualidade; o operador garantindo que as tarifas pagas sejam proporcionais ao consumo dos utentes, com transparência e justiça social.
- Deve-se pensar numa estratégia de operação e manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água, incluindo os Dessalinizadores, através da definição clara do papel dos intervenientes.

- O Compacto Nacional de Segurança Hídrica (2026-2036), deve assegurar a construção de novas infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento, mas acima de tudo, deve salvaguardar a implementação de uma estratégia de manutenção das infra-estruturas inoperacionais.

III. SESSÃO DE TRABALHOS DE GRUPO

Facilitada pelo Senhor Pedro Simon, consultor do Compacto Nacional de Segurança Hídrica (2026-2036), inicialmente orientou a formação de 6 (seis) grupos de trabalho, sendo 3 (três) grupos para Província de Maputo e 3 (três) grupos para Província de Gaza, com as seguintes responsabilidades e actividades:

- **Grupo 1:** Recursos Hídricos;
- **Grupo 2:** Abastecimento de Água e Saneamento; e
- **Grupo 3:** Regulação dos Recursos Hídricos e do Abastecimento de Água.

Após a constituição dos grupos de trabalho, constituídos pelos Directores Provinciais de Obras Públicas, Directores Distritais dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas, outros Quadros e Técnicos do Subsector de Águas nas Províncias de Maputo e Gaza, o facilitador capacitou os membros dos grupos em matérias de preenchimento das Matrizes Programáticas, tendo esclarecido que os Ficheiros já haviam sido enviados as Províncias de Maputo e Gaza para recolha previa das necessidades de construção de infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento num horizonte temporal de 10 anos, com enquadramento programático nos instrumentos de planificação de curto, médio e longo prazos, priorizando as acções inscritas nas Estratégias Territoriais e nos Planos Quinquenais dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial (PQ-OGD 2025-2025).

Metodologicamente, o consultor forneceu um novo modelo de ficheiros físicos e electrónicos, para preenchimento em função dos dados e informações recolhidas através dos ficheiros previamente partilhados pela Direcção Nacional do Abastecimento de Água e Saneamento (DNAAS).

Após a conclusão dos preenchimentos dos ficheiros pelos grupos de trabalho, procedeu-se a entrega física e electrónica do material, ao Senhor Pedro Simon, consultor do Compacto Nacional de Segurança Hídrica na companhia do Senhor Alcino Nhacume, Chefe do Departamento de Planificação e Cooperação, na Direcção Nacional do Abastecimento de Água e Saneamento.

Deste modo, as 17:30 horas, se declarou o término da Reunião de Consulta Pública do Compacto Nacional de Segurança Hídrica.

O Secretariado